

**Comissão Permanente****Resolução n.º 108/VIII/2015**

de 4 de Junho

Ao abrigo da alínea a) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

**Artigo Primeiro**

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado, Orlando Pereira Dias, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, por um período de dez dias, com efeito a partir do dia 20 de Maio de 2015.

**Artigo Segundo**

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato do Deputado Cândido Barbosa Rodrigues, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral das Américas, por período de dez dias, com efeito a partir do dia 20 de Maio de 2015.

Aprovada em 20 de Maio de 2015

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

**Resolução n.º 109/VIII/2015**

de 4 de Junho

Ao abrigo da alínea a) do artigo 55º do Regimento da Assembleia Nacional, a Comissão Permanente delibera o seguinte:

**Artigo Único**

Deferir o pedido de suspensão temporária de mandato da Deputada, Maria Fernanda Mendes Varela, da lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de Santiago Sul, por um período de dez dias, com efeito a partir do dia 22 de Maio de 2015.

Aprovada em 25 de Maio de 2015

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

**Gabinete do Presidente****Despacho substituição n.º 114/VIII/2015**

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 1º, 5º e n.º 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do MPD, o pedido de substituição temporária de mandato dos seguintes Deputados:

1. Orlando Pereira Dias, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral da África, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor Carlos Renato Ramos Tavares.

2. Cândido Barbosa Rodrigues, eleito na lista do MPD pelo Círculo Eleitoral das Américas, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor Rosendo Évora Brito.

Publique-se.

Assembleia Nacional, na Praia, aos 20 de Maio de 2015. – O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

**Despacho substituição n.º 115/VIII/2015**

Ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 24º do Regimento da Assembleia Nacional, conjugado com o disposto nos artigos 1º, 5º e n.º 2 do artigo 6º do Estatuto dos Deputados, defiro, a requerimento do Grupo Parlamentar do PAICV, o pedido de substituição temporária de mandato da Deputada Maria Fernanda Mendes Varela, da lista do PAICV pelo Círculo Eleitoral de Santiago Sul, pelo candidato não eleito da mesma lista, Senhor José Carlos de Brito Rosa.

Publique-se.

Assembleia Nacional, na Praia, aos 25 de Maio de 2015. – O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

—o—

**CONSELHO DE MINISTROS****Decreto-lei n.º 33/2015**

de 4 de Junho

A Agência Nacional das Comunicações -ANAC- autoridade reguladora independente do setor das comunicações, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 31/2006, de 19 de Junho, o qual também aprovou os seus estatutos, ainda vigentes.

Porém, com a aprovação da Lei n.º 14/VIII/2012, de 11 de Julho, que define o novo regime jurídico das entidades reguladoras independentes nos setores económicos e financeiros e que veio a introduzir um conjunto de alterações significativas, tornou-se necessário proceder a adequação e aperfeiçoamento dos estatutos da ANAC, a fim de os harmonizar com o referido regime jurídico.

De realçar o reforço da independência dos membros do conselho de administração e dos outros órgãos colegiais, com a reconfiguração do regime de incompatibilidades e impedimentos, algo aliás, que também é extensivo às incompatibilidades e impedimentos dos trabalhadores da ANAC.

Foram ainda reforçadas as competências dos outros órgãos colegiais com vista a permitir-lhes dar melhor contribuição e ter mecanismos mais eficientes para exercerem, eficazmente e de forma equilibrada, o controlo das actividades da ANAC.

Outra alteração traduz-se na compilação de normas que constavam de legislações avulsas, para o âmbito

dos seus poderes de atribuição, onde se destaca o reforço das competências da ANAC, enquanto entidade credenciadora de entidades de certificação competentes para emissão de certificados digitais e ainda de supervisionar a contratação eletrónica, previstos no Decreto-Lei n.º 33/2007, de 24 de Setembro.

Tendo em conta experiências vividas ao longos desses anos em matéria de regulação e atenta às novas necessidades e desafios no domínio económico, social e tecnológico, se aprova os novos estatutos da ANAC que, ultrapassando o *status quo* atualmente existente, irá seguramente contribuir para uma melhoria significativa da sua intervenção no sector das comunicações.

Nesse sentido, o presente diploma consagra no seu conjunto, articulados com princípios de regulação modernos que permitem, por um lado, a ANAC ter um modelo organizacional coerente com os objetivos da regulação pública e, por outro lado, reforçar a sua independência e os seus poderes de regulação.

Assim,

No uso da faculdade concedida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

#### Aprovação

São aprovados os estatutos da Agência Nacional das Comunicações, ANAC, em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

#### Isenções

A ANAC está isenta de todas as taxas, custas e demais emolumentos nos processos e atos notariais em que intervenha, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 3.º

#### Regime jurídico

A ANAC rege-se pelos seus estatutos, pelo regime jurídico das entidades reguladoras independentes, e ainda pelo Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2014, de 13 de Outubro.

Artigo 4.º

#### Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 31/2006, de 19 de Junho.

Artigo 5.º

#### Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 9 de abril de 2015.

*José Maria Pereira Neves - Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte - Sara Maria Duarte Lopes*

Promulgado em 27 de Maio de 2015

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

## ANEXO

(a que se refere o artigo 1.º)

## ESTATUTOS DA AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

Artigo 1.º

#### Natureza jurídica

A Agência Nacional das Comunicações, abreviadamente designada ANAC, é uma autoridade administrativa independente, de natureza institucional, dotada de autonomia administrativa, financeira e de património próprio.

Artigo 2.º

#### Finalidades

1. A ANAC tem por finalidades, nos termos previstos na lei e no presente estatutos, enquanto entidade reguladora independente, a regulação técnica e económica e representação do Estado no sector das comunicações bem como a regulação dos aspectos do mercado da comunicação social que não devam ser consignados a outra autoridade administrativa independente.

2. A ANAC ainda tem por finalidade o apoio ao Governo na coordenação, tutela e planeamento do sector das comunicações e das tecnologias da informação e comunicação.

Artigo 3.º

#### Âmbito territorial

1. A ANAC exerce as suas competências em todo o território nacional.

2. A ANAC tem a sua sede na cidade da Praia e pode criar delegações ou qualquer outra forma de representação e manter serviços onde o adequado desempenho das suas funções o tornar necessário.

Artigo 4.º

#### Princípio da especialidade

1. Sem prejuízo da observância do princípio da legalidade no domínio da gestão pública, e salvo disposição expressa em contrário, a capacidade jurídica da ANAC abrange a prática de todos os actos jurídicos, o gozo de todos os direitos e a sujeição a todas as obrigações necessários à prossecução das suas atribuições.

2. A ANAC goza de capacidade judiciária activa e passiva.

3. A ANAC não pode exercer actividade ou usar dos seus poderes fora das suas atribuições nem dedicar os seus recursos a finalidades diversas das que lhe estão cometidas.

4. A ANAC não pode garantir a terceiros o cumprimento de obrigações de outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, salvo se a lei o autorizar expressamente.

## Artigo 5.º

**Cooperação com outras entidades**

1. A ANAC pode estabelecer relações de cooperação com outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, quando isso se mostre necessário ou conveniente para a prossecução das suas atribuições e desde que o estabelecimento de tais relações não consubstancie uma situação de conflito de interesses.

2. A ANAC acompanha a actividade das entidades reguladoras afins e as experiências estrangeiras de regulação das comunicações.

## Artigo 6.º

**Independência funcional**

A ANAC é independente no desempenho das suas funções, no quadro da lei, e não se encontra submetida à superintendência nem à tutela do Governo no que respeita às suas funções de regulação e supervisão do sector das comunicações, com ressalva dos poderes atribuídos ao Governo, em matéria de orientações políticas e de gestão, previstos na lei.

## Artigo 7.º

**Relacionamento orgânico**

1. A ANAC é independente no exercício das suas funções, no quadro da lei, sem prejuízo dos princípios orientadores de política de comunicações fixados pelo Governo, nos termos constitucionais e legais e dos actos tutelares de outros membros do Governo previsto na lei.

2. A ANAC encontra-se adstrita ao membro do Governo responsável pela área das comunicações, em matéria de comunicações electrónicas e postais e em matéria de regulação dos aspectos do mercado da comunicação social que não devam ser consignados a outra autoridade administrativa independente.

## Artigo 8.º

**Recurso a serviços externos**

A ANAC pode recorrer à aquisição de serviços externos sempre que a especificidade das matérias aconselhe, o recurso a especialistas nacionais e/ou estrangeiros e tal se revela, de forma comprovada, mais eficiente e eficaz para a prossecução das suas atribuições.

**CAPÍTULO II****Atribuições, competências e procedimentos regulatórios**

## Artigo 9.º

**Atribuições**

1. Para garantir a realização das finalidades previstas no artigo 2.º, incumbe a ANAC, para além das atribuições constantes do regime jurídico das entidades reguladoras independentes:

- a) Regular o acesso às actividades do sector das comunicações e da comunicação social, nos casos e termos previstos na lei;

- b) Garantir a existência de condições que permitam satisfazer, de forma eficiente, a procura da prestação dos serviços que envolvam os sectores regulados;

- c) Proteger o equilíbrio económico-financeiro dos prestadores dos serviços por ela regulados;

- d) Atribuir os títulos de exercício da actividade postal e de comunicações electrónicas;

- e) Garantir aos titulares de concessões, autorizações, licenças de operação ou outros títulos a existência de condições que lhes permitam o cumprimento das obrigações decorrentes desses títulos;

- f) Garantir o acesso dos operadores de comunicações às redes, em condições de transparência e igualdade, nos termos previstos na lei;

- g) Garantir, nas actividades reguladas que prestam serviço de interesse geral de comunicações, o cumprimento das competentes obrigações de serviço universal, quando aplicável;

- h) Proteger os direitos e interesses dos consumidores, especialmente os utentes do serviço universal, designadamente, em matéria de preços, tarifas e qualidade dos serviços;

- i) Assegurar a objectividade das regras de regulação e a transparência das relações comerciais entre os operadores dos sectores regulados e entre estes e os consumidores;

- j) Velar pela aplicação e fiscalização do cumprimento das leis, e regulamentos aplicáveis aos sectores regulados, bem como pelo cumprimento por parte dos operadores das disposições dos respectivos títulos de exercício de actividades;

- k) Coordenar com a entidade responsável pela concorrência a aplicação da lei da concorrência nos sectores regulados pela ANAC;

- l) Contribuir para a progressiva melhoria das condições económicas nos sectores regulados, estimulando nomeadamente, a adopção de práticas que promovam a utilização eficiente dos bens e serviços;

- m) Promover a informação e o esclarecimento dos consumidores, em coordenação com as entidades competentes, inerentes ao uso público das comunicações;

- n) Arbitrar e resolver os litígios que surjam no âmbito das comunicações, nos termos definidos na lei;

- o) Assegurar a realização de estudos nas áreas das comunicações quer directamente quer sob a forma de apoio a entidades públicas ou privadas, nomeadamente quando envolvam a introdução de redes e serviços avançados, a

redução de assimetrias regionais e a adopção de medidas aplicáveis a cidadãos com necessidades especiais;

- p) Colaborar com outras entidades públicas e privadas na promoção da investigação científica aplicada às comunicações, bem como na divulgação nacional e internacional do sector das comunicações electrónicas e postais;
- q) Apoiar tecnicamente os organismos e serviços aos quais incumbe o acompanhamento do processo de estabelecimento e gestão da rede integrada de comunicações de emergência; e
- r) Proceder à divulgação do quadro regulatório em vigor e das suas competências e iniciativas, bem como dos direitos e obrigações dos operadores e dos consumidores dos sectores regulados.

## 2. Incumbe ainda à ANAC:

- a) Assegurar a gestão do espectro, envolvendo a planificação, a atribuição dos recursos espectrais e a sua supervisão, bem como assegurar a coordenação entre as comunicações civis e militares;
- b) Homologar e controlar a comercialização de materiais e equipamentos e proceder, em colaboração com outros organismos, à normalização e especificação técnica de materiais e equipamentos usados nas comunicações electrónicas, com excepção dos utilizados nas redes privativas, nomeadamente das forças armadas, forças de segurança, protecção civil e bombeiros, e proceder a idênticos actos relativamente a emissores e receptores de radiocomunicações, nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2009, de 20 de Maio;
- c) Proceder à avaliação da conformidade de equipamentos e materiais, bem como definir os requisitos necessários à sua comercialização;
- d) Promover a normalização técnica em colaboração com outras organizações, no sector das comunicações e áreas relacionadas;
- e) Promover processos de consulta pública e de manifestação de interesse, nomeadamente com vista à introdução de novos serviços e tecnologias;
- f) Participar na definição estratégica global de desenvolvimento das comunicações, nomeadamente no contexto da convergência das comunicações electrónicas, dos meios de comunicação social e das tecnologias de informação, realizando os estudos adequados para o efeito.

3. O membro do Governo a que se refere o artigo 7.º e a Assembleia Nacional podem solicitar à ANAC a elaboração de estudos e análises relativos a práticas e métodos no domínio das comunicações.

## Artigo 10.º

### Atribuições no domínio das tecnologias de informação e comunicação

1. São atribuições da ANAC no domínio das tecnologias de informações, designadamente:

- a) Colaborar activamente na definição das medidas de política das tecnologias de informação, designadamente:
  - i) Na definição do quadro legal das tecnologias de informação e comunicação;
  - ii) Na definição das linhas orientadoras visando o desenvolvimento das infra-estruturas das tecnologias de informação e comunicação; e
  - iii) Na concertação de acções com outros serviços, organismos ou entidades públicas ou privadas, necessárias à execução das medidas de política para as novas tecnologias de informação e comunicação.
- b) Fomentar e coordenar as actividades de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e avaliar os respectivos programas e projectos;
- c) Acompanhar a implementação e o desenvolvimento de novas tecnologias;
- d) Promover a realização de programas e projectos no domínio do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação;
- e) Avaliar a implementação de experiências tecnologicamente inovadoras;
- f) Promover acções tendentes a que o interesse e o gosto pelas actividades das tecnologias de informação e comunicação se generalizem e aprofundem, em especial através da difusão e da divulgação do ensino daquelas tecnologias;
- g) Celebrar contratos-programa ou protocolos com instituições que se dediquem à promoção do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação;
- h) Assegurar a protecção, qualidade e segurança de dados que circulem nas redes de comunicações electrónicas;
- i) Planear e efectuar a gestão de domínios de topo, o sufixo “cv” (Country Code Top Level Domain - ccTLD), designadamente DNS - Domain Name System e IP - Internet Protocol endereços.

2. Incumbe ainda à ANAC, em estreita articulação com outros organismos estatais:

- a) Dinamizar e acompanhar o processo de difusão da sociedade da informação;
- b) Dinamizar a generalização dos sistemas de informação na sociedade cabo-verdiana; e
- c) Estimular e coordenar actividades visando a concretização da sociedade de informação.

## Artigo 11.º

## Competências

1. Para o desempenho das suas atribuições, sem prejuízo do disposto no regime jurídico das entidades reguladoras independentes, a ANAC dispõe de competências de regulamentação, supervisão, sanção e representação.

2. No exercício dos seus poderes de regulamentação compete à ANAC:

- a) Elaborar e aprovar os regulamentos que se mostrem necessários à execução das leis relativas aos sectores cuja regulação lhe compete, nos termos da lei;
- b) Elaborar e aprovar os regulamentos relativos à sua organização interna e funcionamento;
- c) Proceder à aprovação e revisão do regulamento tarifário nas comunicações;
- d) Estipular tarifas e preços nos termos das leis e dos regulamentos aplicáveis;
- e) Propor medidas no sentido do cumprimento das exigências impostas pela legislação vigente para o sector de radiodifusão sonora e televisiva.

3. No exercício dos seus poderes de supervisão compete à ANAC:

- a) Promover a aplicação e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos, normas e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições;
- b) Aceder e inspeccionar, a qualquer hora e sem necessidade de aviso prévio, as instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas à sua inspecção e controlo;
- c) Instaurar e instruir os procedimentos de contra-ordenação resultantes da violação das disposições legais e regulamentares, incumprimentos de ordens ou mandados legítimos da ANAC assim como aplicar aos infractores coimas e outras sanções previstas na lei;
- d) Acompanhar a actividade dos operadores do sector das comunicações e o funcionamento do respectivo mercado;
- e) Zelar para que seja garantida a acessibilidade dos preços do serviço universal de comunicações, nos termos da lei;
- f) Zelar pela transparência nas tarifas;
- g) Avaliar a implementação de experiências tecnologicamente inovadoras;
- h) Assegurar que os utilizadores, incluindo as pessoas com deficiência, obtenham o máximo benefício em termos de escolha, preço e qualidade;
- i) Assegurar a inexistência de distorções ou entraves à concorrência nos sectores por si regulados, em articulação com a Autoridade da Concorrência;

j) Encorajar investimentos eficientes em infra-estruturas e promover a inovação;

k) Incentivar uma utilização eficiente e assegurar uma gestão eficaz das frequências e dos recursos de numeração;

l) Atribuir os títulos de exercício da actividade postal explorada em regime de concorrência;

m) Fiscalizar a qualidade e os preços dos serviços abrangidos pelo serviço universal;

n) Organizar os processos de atribuição das licenças de radiodifusão e de televisão, bem como o processo de lançamento de concursos públicos no âmbito da concessão de serviço público;

o) Proceder à avaliação sistemática das acções concretizadas, tendo em vista colaborar na definição das orientações em matéria de fiscalização dos sectores regulados;

p) Supervisionar a contratação electrónica;

q) Supervisionar as entidades de certificação.

4. Para efeitos do disposto na alínea h) do n.º 3 do artigo 11.º, compete à ANAC, nomeadamente:

- a) Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso ao serviço universal;
- b) Assegurar um elevado nível de protecção dos consumidores no seu relacionamento com as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas;
- c) Contribuir para garantir um elevado nível de protecção dos dados pessoais e da privacidade;
- d) Promover a prestação de informações claras, exigindo, especialmente, transparência nas tarifas e nas condições de utilização dos serviços de comunicações acessíveis ao público;
- e) Responder às necessidades de grupos sociais específicos, nomeadamente os utilizadores com deficiência; e
- f) Assegurar que seja mantida a integridade e a segurança das redes de comunicações públicas.

5. A ANAC pode, no âmbito das suas competências sancionatórias:

- a) Instaurar e instruir os procedimentos de contra-ordenação resultantes da violação das disposições legais e regulamentares, de ordens ou mandados legítimos da ANAC, assim como aplicar aos infractores coimas e outras sanções previstas na lei;
- b) Adoptar medidas cautelares, quando e se necessário.

6. Os procedimentos sancionatórios respeitam o princípio da audiência dos interessados, do contraditório

e demais princípios constantes da legislação sobre os procedimentos administrativos e, quando for caso, do regime jurídico geral das contra-ordenações.

7. No âmbito de representação do Estado no sector das comunicações compete à ANAC:

- a) Coadjuvar o Governo, a pedido deste ou por iniciativa própria, na definição das linhas estratégicas e das políticas gerais das comunicações e da actividade dos operadores de comunicações, incluindo a emissão de pareceres e elaboração de projectos legislativos no domínio das comunicações;
- b) Assessorar o Governo na implementação dos procedimentos de atribuição de concessões que sejam adoptados e na redacção dos instrumentos pré-contratuais e contratuais correspondentes;
- c) Intervir no desenvolvimento de planos gerais, planos directores, planos de servidão e de protecção do meio ambiente relativamente a infraestruturas de comunicações;
- d) Assegurar a representação técnica do Estado nos organismos internacionais congéneres, quando de outro modo não for determinado;
- e) Participar, em coordenação com os departamentos governamentais responsáveis pelas comunicações, pela comunicação social e pelos negócios estrangeiros, na celebração de tratados e convénios internacionais relacionados com as áreas por si reguladas e coordenar a respectiva execução; e
- f) Assegurar a representação do Estado em organizações intergovernamentais no âmbito dos serviços postais.

#### Artigo 12.º

##### Procedimento regulamentar

1. Os regulamentos da ANAC obedecem aos princípios de legalidade, necessidade, clareza, participação e publicidade.

2. Previamente à aprovação ou alteração de qualquer regulamento cuja emissão seja da sua competência, a ANAC deve dar conhecimento ao membro de Governo responsável pelas comunicações e aos operadores do sector das comunicações, bem como às associações de consumidores de interesse genérico ou específico no sector das comunicações, facultando-lhes o acesso aos textos respectivos e disponibilizando-os no seu sítio na internet.

3. Para efeitos do número anterior, podem os interessados emitir os seus comentários e apresentar sugestões durante um período não inferior a quinze dias.

4. As entidades previstas no n.º 2 podem ter acesso a todas as sugestões que tenham sido apresentadas nos termos do presente artigo.

5. O relatório preambular dos regulamentos fundamenta as decisões tomadas, com necessária referência às críticas ou sugestões que tenham sido feitas ao projecto.

6. Os regulamentos da ANAC que contenham normas de eficácia externa são publicados no II Série do *Boletim Oficial*, entrando em vigor na data neles referida ou cinco dias após a sua publicação, e, quando exista, disponibilizados no respectivo sítio na internet, sem prejuízo da sua publicitação por outros meios considerados adequados.

7. Os regulamentos da ANAC que apenas visem regular procedimentos de carácter interno de uma ou mais categorias de operadores de serviços denominam-se instruções, não são publicados nos termos do número anterior, e são notificadas aos respectivos destinatários, quando identificáveis, devendo entrar em vigor cinco dias após a notificação ou na data neles referida.

#### Artigo 13.º

##### Relacionamento comercial dos operadores

1. O relacionamento comercial entre as entidades reguladas e os consumidores processa-se nos termos da legislação aplicável ao sector regulado, bem como das bases das concessões e respectivos contratos e licenças.

2. No quadro legal previsto no número anterior, compete à ANAC proceder à aprovação do regulamento de relações comerciais, assim como às suas revisões.

#### Artigo 14.º

##### Obrigações das entidades reguladas

1. Os operadores do sector das comunicações devem prestar à ANAC toda a cooperação que esta lhes solicite para o cabal desempenho das suas funções, designadamente, as informações e documentos que lhe sejam solicitados, os quais devem ser fornecidos em prazo a fixar pela ANAC.

2. A ANAC pode proceder à divulgação das informações obtidas, sempre que isso seja relevante para a regulação do sector, salvo se, se tratar de matéria sensível para as entidades em causa.

3. A ANAC pode divulgar a identidade dos operadores sujeitos a processos de investigação, bem como a matéria a investigar nomeadamente, quando desencadeados mediante queixa.

#### Artigo 15.º

##### Queixas e reclamações dos consumidores e utilizadores

1. A ANAC pode receber directamente queixas e reclamações dos consumidores e demais utilizadores bem como inspeccionar regularmente os registos das queixas e reclamações apresentadas às entidades reguladas, as quais devem preservar adequados registos das mesmas.

2. A ANAC pode ordenar a investigação das queixas e reclamações dos consumidores e utilizadores que lhes sejam apresentadas directamente, bem como apresentadas aos operadores do sector das comunicações, desde que se integrem no âmbito das suas competências.

## Artigo 16.º

**Resolução de conflitos**

1. A ANAC detém ainda competências de mediação e de promoção da conciliação e da arbitragem voluntária em matéria comercial ou contratual entre as entidades reguladas e entre estas e os consumidores.

2. Para cumprimento do disposto no número anterior, a ANAC pode cooperar na criação de centros de arbitragem institucionalizada e estabelecer acordos com centros de arbitragem institucionalizada já existentes.

3. Fica excluído do disposto nos números anteriores a arbitragem em matérias de índole laboral.

## Artigo 17.º

**Não discriminação**

1. A ANAC não discrimina os operadores dos sectores regulados, devendo para isso assegurar, juntamente com o concedente no caso de concessão, a existência de condições idênticas para todos os detentores de títulos válidos para a prestação mesmo serviço.

2. Os contratos ou licenças não devem conferir vantagem competitiva no mercado a nenhuma entidade regulada.

## Artigo 18.º

**Informação e sensibilização**

1. A ANAC cria e desenvolve programas para instruir os profissionais e consumidores sobre os seus direitos e deveres, no âmbito do seu objecto de regulação.

2. A ANAC pode organizar seminários e publicar informação ao público sobre as suas funções e sobre assuntos da sua jurisdição.

## Artigo 19.º

**Estudos, investigação e desenvolvimento**

1. A ANAC pode elaborar estudos, bem como coordenar a realização desses estudos com outras entidades públicas ou privadas, os quais poderão contribuir para o desenvolvimento das políticas nos sectores regulados.

2. A ANAC pode apoiar quaisquer iniciativas de investigação e de desenvolvimento em assuntos relacionados com os sectores económicos sob sua jurisdição.

## Artigo 20.º

**Assistência técnica**

A ANAC pode, sem prejuízo da sua independência funcional, fornecer apoio técnico ao Governo nas áreas das suas atribuições e competências.

## Artigo 21.º

**Incumprimento das obrigações legais ou contratuais**

Em caso de incumprimento das determinações da ANAC ou de infracção das normas e regulamentos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições, pode o Conselho de Administração:

- a) Propor a suspensão ou cancelamento das licenças, autorizações e certificações concedidas, nos termos estabelecidos na respectiva regulamentação;

b) Ordenar a cessação de actividades, ou o encerramento de instalações até que, após o inquérito, deixe de se verificar a situação de incumprimento ou infracção;

c) Solicitar a colaboração das autoridades policiais para impor o cumprimento das normas e determinações que por razões de segurança devam ter execução imediata, no âmbito de actos de gestão pública; e

d) Aplicar as sanções previstas na lei.

**CAPÍTULO III****Organização****Secção I****Orgânica**

## Artigo 22.º

**Órgãos**

1. São órgãos da ANAC:

- a) O Conselho de Administração;
- b) Fiscal Único; e
- c) O Conselho Consultivo.

2. O Conselho de Administração, através de regulamento interno, define os serviços, a estrutura e composição de cada um dos serviços da ANAC, nomeadamente as suas funções e os respectivos quadros de pessoal, bem como as normas gerais a observar no desenvolvimento das actividades a seu cargo.

**Secção II****Conselho de Administração**

## Artigo 23.º

**Composição**

O Conselho de Administração da ANAC é composto por um Presidente e dois ou quatro Administradores.

## Artigo 24.º

**Competência**

Compete ao Conselho de Administração, no âmbito da orientação e gestão da ANAC:

- a) Representar a ANAC;
- b) Definir e acompanhar a orientação geral da ANAC;
- c) Elaborar e aprovar os planos de actividade anuais e plurianuais e assegurar a sua execução;
- d) Elaborar o relatório de actividades;
- e) Elaborar o orçamento anual e assegurar a sua execução;
- f) Arrecadar e gerir receitas e autorizar a realização de despesas;

- g) Gerir o património da ANAC;
- h) Aceitar heranças, doações ou legados;
- i) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- j) Aprovar os regulamentos necessários à organização e funcionamento da ANAC;
- k) Celebrar acordos de cooperação com outras entidades, publicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- l) Aprovar o orçamento e o relatório de actividades;
- m) Aprovar e submeter as contas ao Tribunal de Contas;
- n) Proceder a contratação de pessoal;
- o) Nomear e exonerar os dirigentes dos serviços e superintender a sua actividade, podendo revogar, modificar ou suspender, por iniciativa própria ou mediante recurso, as decisões por eles tomadas;
- p) Aprovar o plano de formação dos trabalhadores;
- q) Decidir sobre a criação de delegações ou outras formas de representação da ANAC;
- r) Constituir mandatários e designar representantes da ANAC junto de outras entidades;
- s) Definir a competência para a realização de despesas com a aquisição de bens móveis, obras e serviços e, bem assim, autorizar as que excederem a competência dos demais órgãos; e
- t) Deliberar sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente ou por um dos administradores.

#### Artigo 25.º

##### Competência do Presidente do Conselho de Administração

1. Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e presidir às reuniões do Conselho de Administração e assegurar a execução das suas deliberações;
- b) Representar a ANAC em juízo e fora dele, incluindo na outorga dos contratos submetidos a um regime de direito público;
- c) Assegurar as relações da ANAC com a Assembleia Nacional o Governo e demais entidades públicas;
- d) Apresentar aos membros de Governo responsável pelas comunicações todos os assuntos que devam ser submetidos à sua apreciação;
- e) Orientar e coordenar a actividade interna da ANAC e prover em tudo o que for necessário à conservação e gestão do seu património;

- f) Autorizar despesas dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e exercer os demais poderes que lhe forem atribuídos por lei ou regulamento;

- g) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal ou Fiscal Único ou ao Conselho Consultivo;

- h) Exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Administração.

2. Para além das competências referidas no número anterior, compete ao Presidente do Conselho de Administração, sem faculdade de delegação, acompanhar a execução da orientação geral em matéria de investigação e instrução de processos sancionatórios.

3. Compete ao Presidente do Conselho de Administração, nas suas funções, atribuir aos administradores poderes de um ou vários pelouros.

4. O Presidente do Conselho de Administração dirige os departamentos que lhe caibam em resultado da distribuição prevista no número anterior do presente artigo.

5. Por razões de urgência devidamente fundamentadas, o presidente do Conselho de Administração pode excepcionalmente praticar quaisquer actos da competência deste último, os quais devem no entanto, ser ratificados na primeira reunião ordinária seguinte do Conselho de Administração.

6. Caso a ratificação seja recusada, deve o Conselho de Administração deliberar sobre a matéria em causa e acautelar os efeitos produzidos pelos actos já praticados.

7. Perante terceiros, incluindo Notários, Conservadores de registo e outros titulares da Administração Pública, a assinatura do Presidente com invocação do previsto no n.º 5, constitui presunção da impossibilidade de reunião do Conselho de Administração.

8. O presidente pode opor o seu veto a deliberações que considere contrárias à lei, aos estatutos ou ao interesse público, as quais só podem ser reaprovas após novo procedimento decisório, incluindo a audição das autoridades que ele reputar conveniente.

9. O presidente pode delegar, nos membros do Conselho de Administração determinados poderes, devendo, essa delegação, constar em acta do Conselho de Administração.

#### Artigo 26.º

##### Substituição do Presidente do Conselho de Administração

1. O Presidente do Conselho de Administração é substituído, nos seus impedimentos e ausências, pelo Administrador que designar ou, na falta de designação, pelo Administrador mais antigo.

2. Perante terceiros, incluindo Notários, Conservadores de registo e outros titulares da Administração Pública, a assinatura de um administrador com invocação do previsto no número anterior constitui presunção da pressuposta falta, impedimento ou vacatura.



## Artigo 27.º

**Funcionamento**

O Conselho de Administração reúne-se uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou à solicitação de dois dos seus membros.

## Artigo 28.º

**Incompatibilidades e impedimentos dos membros**

1. Não podem ser nomeados membros do Conselho de Administração quem for ou tenha sido membro dos corpos gerentes das empresas reguladas nos últimos dois anos ou for ou tenha sido trabalhador ou colaborador das mesmas com funções de direcção ou chefia no mesmo período temporal.

2. Os membros do Conselho de Administração não podem:

- a) Ter qualquer interesse de natureza financeira ou ser accionista numa entidade regulada;
- b) Receber prendas ou ofertas das entidades reguladas, seus accionistas ou participantes, associações ou representantes de entidades reguladas ou representantes de consumidores; e
- c) Comunicar com as partes interessadas sobre assuntos relacionados a questões pendentes perante a ANAC, fora dos procedimentos mencionados por lei ou regulamentação.

3. Os membros do Conselho de Administração não podem, durante o seu mandato, exercer qualquer outra função pública ou actividade profissional, salvo a actividade de docente do ensino superior, a tempo parcial e desde que não cause prejuízo ao exercício das suas funções.

4. Após o termo das suas funções, os membros do Conselho de Administração ficam impedidos, pelo período de dois anos de desempenhar, qualquer função ou prestar qualquer serviço às entidades reguladas.

5. Os membros do Conselho de Administração têm direito, durante um período de seis meses a contar da data da cessação de funções, ao abono de dois terços da remuneração mensal correspondente ao cargo.

6. Se os membros do Conselho de Administração regressarem ao serviço de origem ou forem providos em qualquer serviço público ou privado com vencimento inferior aos 2/3 referidos no número anterior, ficam com direito a perceber o diferencial de retribuição no decurso desse tempo, ressalvadas as funções previstas no nº 3.

## Artigo 29.º

**Declaração de rendimentos**

Os membros do Conselho de Administração estão sujeitos à obrigação de declaração de rendimentos, interesses e património previstos na Lei nº 139/V/95, de 31 de Outubro, e respectiva legislação regulamentar.

## Artigo 30.

**Mandato**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos.

2. Na primeira nomeação dos membros do Conselho de Administração, ou após a sua dissolução, o Presidente é nomeado por um período de cinco anos e os demais administradores por três anos, renováveis, em ambos os casos, por uma só vez, por mais cinco anos.

3. Em caso de vacatura o novo membro é nomeado pelo período de cinco anos.

## Artigo 31.º

**Independência dos membros**

Sem prejuízo do disposto no artigo 6º, os membros do Conselho de Administração são independentes no exercício das suas funções, não estando sujeitos a instruções ou orientações específicas do Governo.

## Artigo 32.º

**Cessação de funções**

1. Os membros do Conselho de Administração não podem ser exonerados do cargo antes do término dos seus mandatos, salvo nos casos de:

- a) Incapacidade permanente ou por incompatibilidade superveniente do titular;
- b) Renúncia;
- c) Falta grave, comprovadamente cometida pelo titular no desempenho das suas funções ou no cumprimento de qualquer obrigação inerente ao cargo; e
- d) Condenação pela prática de crime doloso.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração caduca caso esse órgão seja dissolvido ou a ANAC seja extinta, fundida ou cindida com outra entidade.

3. No caso de cessação de funções, os membros do Conselho de Administração mantêm-se no exercício das suas funções até à efectiva substituição, salvo declaração ministerial de cessação de funções.

## Artigo 33.º

**Dissolução**

O Conselho de Administração só pode ser dissolvido por Resolução do Conselho de Ministros, após parecer do conselho consultivo e comunicação à Assembleia Nacional, a qual pode proceder à audição do membro do Governo responsável pela área responsável pela área das comunicações, em matéria de comunicações electrónicas e postais e dos membros do conselho de administração, nos seguintes casos:

- a) Por causas graves de responsabilidade colectiva apurada em inquérito realizado por entidade independente;
- b) Considerável excesso das despesas realizadas sobre as orçamentadas, sem justificação adequada, declarado pelo Fiscal Único.

## Secção III

## Fiscal único

## Artigo 34.º

## Fiscal único

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade e economicidade da gestão financeira e patrimonial da ANAC e de consulta do Conselho de Administração nesse domínio.

## Artigo 35.º

## Composição e mandato

1. O Fiscal Único é nomeado por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área das Finanças e do membro do Governo responsável pela área das comunicações, em matéria de comunicações electrónicas e postais, de entre sociedade de auditoria ou um auditor certificado de reconhecida competência.

2. O Fiscal Único tem sempre um suplente, que é igualmente uma sociedade de auditoria ou um auditor certificado, sujeito ao mesmo regime previsto nos estatutos.

3. O mandato do Fiscal Único tem a duração de três anos, sendo renovável por igual período, pela mesma via utilizada pela sua nomeação.

4. No caso de cessação do mandato, Fiscal Único mantém-se no exercício das suas funções até a efectiva substituição ou declaração de cessação de funções pelos membros do Governo referidos no n.º 1.

## Artigo 36.º

## Competências

## Compete ao Fiscal Único:

- a) Acompanhar e controlar com regularidade o cumprimento por parte da ANAC das leis e regulamentos aplicáveis, a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial e analisar a contabilidade;
- b) Realizar um apuramento trimestral da situação patrimonial e financeira;
- c) Emitir parecer sobre o orçamento e sobre as suas revisões e alterações;
- d) Emitir parecer sobre o relatório e contas de gerências;
- e) Emitir parecer sobre a aquisição, arrendamento, alienação e oneração de bens imóveis;
- f) Emitir parecer sobre aceitação de doação, heranças ou legados;
- g) Emitir parecer sobre contracção de empréstimos, quando a ANAC estiver habilitada a fazê-lo;
- h) Manter o Conselho de Administração informado sobre os resultados das verificações e exames a que proceda;

i) Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;

j) Propor a realização de auditorias externas, quando isso se revele necessário; e

k) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração.

## Artigo 37.º

## Poderes

Para o exercício das suas funções o Fiscal Único, tem o direito a:

- a) Obter do Conselho de Administração as informações e esclarecimentos que reputar necessários;
- b) Ter livre acesso a todos os serviços e documentação da ANAC, podendo requisitar a presença dos respectivos responsáveis e solicitar os devidos esclarecimentos; e
- c) Tomar ou propor as demais providências que considere indispensáveis ao cabal desempenho das suas funções.

## Artigo 38.º

## Incompatibilidades e impedimentos

1. O Fiscal único não pode ter exercido actividades remuneradas na ANAC, nos últimos dois anos antes do início das suas funções, e não pode exercer outras actividades remuneradas nesta, durante o período de duração do seu mandato.

2. Após a cessação do mandato e durante um período de dois anos, o Fiscal único não pode ser provido nos demais órgãos obrigatórios da ANAC.

3. É aplicável ao Fiscal único o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 28.º, não podendo ainda manter qualquer vínculo laboral com o Estado.

## Secção IV

## Conselho Consultivo

## Artigo 39.º

## Função

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação da ANAC e nas tomadas de decisão do Conselho de Administração.

## Artigo 40.º

## Composição

1. O Conselho Consultivo é composto por:

- a) Um representante do departamento governamental responsável pela área das comunicações;
- b) Um representante do departamento governamental responsável pela área da defesa nacional;
- c) Um representante do departamento governamental responsável pela área da administração interna;

- d) Um representante do departamento governamental responsável pela área do comércio e da indústria;
- e) Um representante do departamento governamental responsável pela área da comunicação social;
- f) Um representante do departamento governamental responsável pela área da ciência e tecnologia;
- g) Um representante do departamento governamental pela área das finanças;
- h) Um representante da Autoridade Reguladora de Comunicação Social;
- i) Um representante da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde;
- j) Um representante dos operadores de serviço de radiodifusão sonora;
- k) Um representante dos operadores de serviço de televisão;
- l) Um representante do Núcleo Operacional para a Sociedade de Informação;
- m) Um representante da entidade concessionária do serviço postal universal;
- n) Um representante da concessionária da rede básica;
- o) Um representante dos operadores de televisão por assinatura;
- p) Um representante dos prestadores de serviços postais explorados em regime de concorrência;
- q) Um representante dos operadores e prestadores de serviço de telecomunicações móveis;
- r) Um representante dos prestadores de serviço fixo de telefone;
- s) Um representante dos prestadores de serviço de acesso à Internet;
- t) Um representante da empresa que gere a rede de agregação, transporte e difusão de sinal; e
- u) Um representante da associação de defesa de consumidor com maior número de representados.

2. O Conselho Consultivo funciona em plenário, sem prejuízo da criação neste órgão de secções com competência específica.

3. Reunindo por sessão, o Conselho Consultivo integra os representantes dos agentes económicos da área e respectivos utentes ou consumidores, o representante nomeado pelo membro do Governo responsável pela área em análise e o representante nomeado pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, bem como os representantes nomeados pela Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde.

#### Artigo 11.º

##### Competências

1. Compete ao conselho consultivo dar parecer nos casos previstos nos estatutos ou a pedido do conselho de administração, sobre todas as questões respeitantes às funções reguladoras da ANAC, nomeadamente, sobre os regulamentos, sobre as decisões relativas a preços e tarifárias e sobre as contribuições financeiras legalmente impostas às entidades reguladas.

2. Compete ainda ao Conselho Consultivo, pronunciar-se sobre os seguintes instrumentos de gestão:

- a) Os planos anuais e plurianuais de actividade e o relatório de actividades;
- b) O relatório de contas de gerência e o relatório anual do órgão de fiscalização;
- c) O orçamento; e
- d) Os regulamentos internos da ANAC.

3. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre a dissolução do Conselho de Administração, nos termos dos estatutos e da Lei n.º 14/VIII/2012, de 11 de Julho.

4. O Conselho Consultivo pode apresentar ao Conselho de Administração sugestões ou propostas destinadas a fomentar ou aperfeiçoar as actividades da ANAC.

#### Artigo 12.º

##### Funcionamento

1. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente, pelo menos duas vezes, por ano, e, extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho de Administração, ou a pedido de um terço dos seus membros.

2. O Conselho Consultivo pode organizar-se por sessões especializadas.

3. O Conselho Consultivo considera-se constituído para todos os efeitos desde que se encontra designada a maioria dos seus membros.

#### Artigo 13.º

##### Despesas com deslocação e senhas de presença

1. Os membros do Conselho Consultivo têm direito ao pagamento das despesas de viagem e às ajudas de custo devidas por deslocação, quando residam fora da localidade da reunião, suportadas pelo orçamento da ANAC.

2. Aos membros do Conselho Consultivo podem ser atribuídas senhas de presença pela sua participação nas reuniões, no montante a fixar pelo Conselho de Administração da ANAC.

#### Secção V

##### Disposições comuns aos órgãos

#### Artigo 14.º

##### Procedimento

1. Às deliberações dos órgãos colegiais da ANAC é aplicável o regime previsto na legislação sobre procedimentos administrativos, com as excepções previstas nos números seguintes.

2. Nas votações não pode haver abstenções.

3. As actas das reuniões devem ser subscritas por todos os membros presentes na reunião, salvo no caso do Conselho Consultivo, em que são subscritas somente pelo respectivo Presidente e Secretário.

4. Cada órgão aprova o respectivo regulamento interno de funcionamento.

#### Artigo 15.º

##### Convocações

2. Os órgãos da ANAC reúnem-se por convocação do respectivo Presidente, endereçada a cada um dos seus membros, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3. Consideram-se validamente convocadas as reuniões que se realizem periodicamente em local, dias e horas pre-estabelecidos e ainda as reuniões cuja realização tenha sido deliberada em reunião anterior, na presença ou com conhecimento de todos os membros do órgão convocado e com indicação do local, dia e hora.

### CAPÍTULO IV

#### Gestão financeira e patrimonial

##### Artigo 16.º

##### Receitas

1. Constituem, designadamente receitas da ANAC:

- a) As contribuições das entidades reguladas que sejam necessárias para financiarem o seu orçamento;
- b) As taxas e outras receitas cobradas no âmbito da gestão do espectro radioeléctrico e do plano nacional de numeração, bem como de atribuição de títulos de exercício de actividade de fiscalização dos operadores e prestadores de serviços de comunicações;
- c) O produto da aplicação de multas contratuais, bem como das coimas aplicadas nos termos da lei;
- d) As custas dos processos de contra-ordenação;
- e) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direito sobre eles;
- f) Os juros decorrentes de aplicação financeira;
- g) As dotações e transferências do Orçamento do Estado e as participações e subsídios provenientes de quaisquer outras entidades públicas e privadas nacionais ou estrangeiras;
- h) As heranças, legados ou doações que lhe sejam destinados;
- i) 25% (vinte e cinco por cento) dos saldos apurados em cada exercício;
- j) Quaisquer outros rendimentos ou receitas que por lei, contrato ou outra forma lhe sejam atribuídos.

2. O produto das coimas aplicadas pela ANAC, no exercício da sua competência de supervisão e fiscalização do sector das comunicações electrónicas reverte em 60% para o Estado e em 40% para a ANAC.

##### Artigo 17.º

##### Contribuições das entidades reguladas

1. As contribuições das entidades reguladas que a ANAC tem direito a receber para financiar o seu orçamento, não ultrapassam o montante superior a 0.75% do total das receitas das entidades reguladas sob a sua jurisdição.

2. As contribuições referidas no número anterior são incluídas nos preços a praticar pelas entidades reguladoras.

3. As entidades reguladas devem transferir para a ANAC, no início de cada trimestre, um quarto do respectivo montante das contribuições a que estão sujeitas nos termos do número 1.

##### Artigo 18.º

##### Despesas

Constituem despesas da ANAC as que, realizadas no âmbito do exercício das atribuições e competências que lhe estão cometidas, respeitem encargos decorrentes da sua actividade e aquisição de bens imobilizados.

### CAPÍTULO V

#### Regime de pessoal

##### Artigo 19.º

##### Pessoal

1. A ANAC dispõe de pessoal técnico e administrativo que integra o seu quadro de pessoal, com tabela remuneratória própria, a ser aprovado pelo respectivo Conselho de Administração.

2. O pessoal da ANAC está sujeito ao regime geral do contrato individual de trabalho, estando abrangido pelo regime de previdência social dos trabalhadores por conta de outrem.

3. A ANAC pode ser parte em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

4. O pessoal ao serviço da ANAC é recrutado mediante concurso público, devendo obedecer aos seguintes princípios:

- a) Publicitação da oferta de emprego pelos meios mais adequados;
- b) Igualdade de condições e de oportunidades dos candidatos;
- c) Aplicação de métodos e critérios objectivos de avaliação e selecção; e
- d) Fundamentação da decisão tomada.

5. As condições de prestação e de disciplina do trabalho são definidas em regulamento próprio da ANAC, com observância das disposições legais imperativas do regime do contrato individual de trabalho.

## Artigo 50.º

**Incompatibilidades**

1. A adaptação do regime do contrato individual de trabalho não dispensa nos termos da Constituição, a aplicação dos requisitos e limitações decorrentes da prossecução do interesse público, nomeadamente os respeitantes a acumulações e incompatibilidades para funcionários e agentes administrativos.

2. Os trabalhadores da ANAC não podem, em qualquer caso, prestar trabalho ou serviços, remunerados ou não, a empresas sujeitas à sua regulação ou supervisão ou outras cuja actividade colida com as atribuições e competências daquela.

## Artigo 51.º

**Prerrogativas dos agentes de fiscalização**

1. Os trabalhadores ou mandatários da ANAC, bem como as pessoas ou entidades qualificadas e devidamente credenciadas que desempenhem funções de fiscalização, quando se encontrem no exercício das suas funções, são equiparados a agentes de autoridade e gozam, nomeadamente, das seguintes prerrogativas:

- a) Aceder e inspecionar, a qualquer hora e sem necessidade de aviso prévio, as instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas a inspecção e controlo do ANAC;
- b) Requisitar documentos para análise, bem como equipamentos e materiais;
- c) Determinar, a título preventivo, e com efeitos imediatos, mediante ordem escrita e fundamentada, a suspensão ou cessação de actividades e encerramento de instalações, quando da não aplicação dessas medidas possam resultar risco iminente para a segurança das comunicações electrónicas e radiocomunicações;
- d) Identificar as pessoas que se encontrem em violação flagrante das normas cuja observância lhe compete fiscalizar, no caso de não ser possível o recurso a autoridade policial em tempo útil; e
- e) Solicitar a colaboração das autoridades administrativas e policiais para impor o cumprimento de normas e determinações que por razões de segurança devem ter execução imediata no âmbito de actos de gestão pública.

2. Da suspensão, cessação ou encerramento a que se refere a alínea c) do n.º 1 será lavrado auto de notícia, o qual será objecto de confirmação pelo órgão competente da ANAC no prazo máximo de quinze dias, sob pena de caducidade da medida preventiva determinada.

3. Aos trabalhadores ou mandatários da ANAC, bem como pessoas ou entidades qualificadas devidamente credenciadas que desempenhem as funções a que se refere o número 1, serão atribuídos cartões de identificação, cujo modelo e condições de emissão constam de portaria do membro do Governo responsável pelo sector das comunicações.

## Artigo 52.º

**Mobilidade**

1. Os funcionários da administração directa ou indirecta do Estado e das autarquias locais, bem como os empregados, quadros ou administradores de empresas públicas ou privadas, podem ser chamados a desempenhar funções na ANAC, em regime de requisição ou de comissão de serviço, com garantia do lugar de origem e dos direitos neles adquiridos, considerando-se o período de requisição ou de comissão como tempo de serviço prestado nos quadros de que provenham, suportando a ANAC as despesas inerentes.

2. Os trabalhadores da ANAC podem desempenhar funções noutras entidades, sem prejuízo do disposto no artigo 50.º, em regime de destacamento, requisição ou outros, nos termos da lei, com garantia do seu lugar de origem e dos direitos nele adquirido, incluindo os benefícios de aposentação ou reforma e sobrevivência e da progressão e promoção, considerando-se tal período como tempo de serviço efectivamente prestado na ANAC.

3. Os trabalhadores da ANAC em comissão de serviço, nos termos do número anterior, podem optar pelo vencimento correspondente ao seu quadro de origem ou pelo correspondente às funções que vão desempenhar.

4. São da responsabilidade da entidade onde se encontrem a exercer funções o pagamento do salário e demais encargos.

**CAPÍTULO VI****Desenvolvimento das actividades reguladas**

## Artigo 53.º

**Informação e sensibilização**

1. A ANAC deve criar e desenvolver programas para instruir os consumidores sobre os seus direitos, questões de segurança e eficiência, em conjunto com os operadores do sector das comunicações.

2. A ANAC pode organizar seminários e publicar informação ao público sobre as suas funções e sobre assuntos sob sua jurisdição.

## Artigo 54.º

**Registo das entidades reguladas**

A ANAC organiza e mantém actualizado um registo de todas as entidades reguladas que têm contrato, autorização ou licença para a prestação de serviços regulados sob sua jurisdição.

**CAPÍTULO VII****Disposições finais**

## Artigo 55.º

**Competência em matéria de concorrência**

Enquanto não for criada a Autoridade da Concorrência, a ANAC assume as competências dessa Autoridade, em matérias específicas relacionadas com o sector das comunicações.

## Artigo 36.º

## Organização dos serviços

O Conselho de Administração, através de regulamento interno, define a estrutura orgânica da ANAC, as funções e competências dos serviços que a integrem, os respectivos quadros do pessoal, as normas gerais a observar no desenvolvimento das actividades a seu cargo e tudo o mais que se torne necessário para o seu adequado funcionamento.

## Artigo 37.º

## Sítio da Internet da ANAC

1. A ANAC deve disponibilizar um sítio na Internet, com todos os dados relevantes, nomeadamente o diploma de criação, os estatutos e regulamentos, bem como a composição dos seus órgãos, incluindo os planos, orçamentos, relatórios e contas referentes aos dois últimos anos da sua actividade e ainda os regulamentos, as deliberações, instruções genéricas emitidas e decisões de contra-ordenações.

2. O site da ANAC, serve de suporte para a divulgação de modelos e formulários para a apresentação de requerimentos por via electrónica, visando a satisfação dos respectivos pedidos e obtenção de informações *online*, nos termos legalmente admitidos.

## Artigo 38.º

## Logótipo

A ANAC utiliza, para identificação de documentos e tudo o mais que se relacionar com os respectivos serviços, um logótipo, cujo modelo será aprovado pelo seu Conselho de Administração.

A Ministra das Infraestruturas e Economia Marinha,  
*Sara Maria Duarte Lopes*

## Decreto-lei n.º 34/2015

de 4 de Junho

A aposta na capacitação dos funcionários públicos, para servir com mais qualidade a sociedade, actualmente ocupa um lugar cimeiro, na nova dinâmica da Administração Pública.

Nessa óptica, a adequação do perfil dos funcionários é vista como um dos principais instrumentos de desenvolvimento institucional, tornando-se imprescindível a contínua capacitação dos recursos humanos como condição de ter quadros, cada vez mais, qualificados, motivados e com elevada performance para dar resposta aos desafios da sociedade actual.

Por forma a tornar a Administração Pública um factor de crescimento económico, contribuindo para potencializar a capacidade competitiva do país, com notável qualidade na prestação de serviço público, a qualificação do capital humano é determinante.

Com este diploma visa-se criar as condições para que os funcionários públicos consigam elevar os seus níveis de produtividade, sendo certo que funcionários qualificados são mais produtivos e melhor preparados para enfrentar os desafios do futuro.

Pugnando por esse desiderato, a presente proposta de diploma visa garantir a formação profissional prevista no artigo 57.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, que aprova de bases da função pública e no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro, que estabelece o plano de cargos carreiras e salários do regime geral da função pública.

Visa igualmente regular a deslocação ao exterior para formação em cursos ou estágios de curta duração ou cursos de pós-graduação e de especialização.

Assim:

No uso da faculdade conferida pela alínea *a)* do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## Artigo 1.º

## Aprovação

É aprovado o Regime Jurídico de Capacitação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Administração Pública, que se publica em anexo ao presente diploma, do qual faz parte integrante, assinado pelo membro do Governo responsável pela Função Pública.

## Artigo 2.º

## Âmbito

O presente diploma é aplicável à administração directa, aos institutos públicos e às empresas públicas.

## Artigo 3.º

## Revogação

São revogados o Decreto-Lei n.º 1/87, de 10 de Janeiro, e a Resolução n.º 10/III/87, de 22 de Agosto.

## Artigo 4.º

## Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros de 19 de março de 2015.

*José Maria Pereira Neves - Cristina Isabel Lopes da Silva Monteiro Duarte*

Promulgado em 2 de Junho de 2015

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA